



DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO-ES

CORREA, Evandro Cezar¹
CARVALHO, Laudilon Alves²
FO, Braulio Oliveira dos Santos³

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar é uma forma de produção agrícola em pequena escala, que utiliza mão de obra familiar para abastecer o mercado interno. É especialmente adequada para propriedades menores com baixo investimento de capital e uso de mão de obra local, desempenhando um papel crucial no fornecimento de alimentos à população.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no país. Embora represente apenas 23% dos empreendimentos agrícolas, mais de 10 milhões de pessoas estavam empregadas nesse setor em 2017, o que corresponde a 67% das ocupações do setor. Além disso, a agricultura familiar é a base econômica de 90% das cidades brasileiras com até 20 mil habitantes.

A agricultura familiar desempenha um papel central no desenvolvimento sustentável, não apenas culturalmente, mas também ao melhorar a qualidade de vida dentro dos limites do ecossistema. As populações desempenham um papel ativo nesse processo, sendo sua participação crucial para alcançar as expectativas, especialmente no contexto das questões ambientais. Além de ser essencial na produção de alimentos, geração de empregos e desenvolvimento rural, a agricultura familiar abastece o mercado e promove o consumo local, resultando em uma abundância produtiva. Esse ciclo contribui para combater a pobreza e a desigualdade social, fortalecendo assim o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais.

¹ Instituto Federal do Espírito Santo, campus Afonso Cláudio. evandro.c.correa100@gmail.com

² Instituto Federal do Espírito Santo, campus Afonso Cláudio. lawanalves@gmail.com

³ Instituto Federal do Espírito Santo, campus Afonso Cláudio. braulio@brilho.adm.br

Para Zuin (FZEA-USP/2022), a Agricultura Familiar também traz enorme relevância na construção cultural do Brasil e para Oliveira (2022) a Extensão Rural desempenha um papel importante nesse processo, promovendo a sensibilização e a formação de sujeitos políticos que buscam transformar as relações no meio rural. Como afirmam Otero e Selis (2019, p. 21), sobre a Extensão Rural:

“deve servir para sensibilizar e formar sujeitos políticos que buscam transformar as relações de opressão nos espaços rurais. No entanto, também é necessário assumir uma perspectiva cultural do assunto. Nesse sentido, é fundamental partir do reconhecimento do outro e compreender o encontro que se dá na RE, como espaço de diálogo e negociação para o sentido da experiência, da vida e do mundo.”

Nesse sentido, têm-se as políticas públicas que desempenham um papel essencial em apoiar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável. Elas buscam garantir a segurança alimentar, incentivar a produção de alimentos de qualidade, aumentar a renda dos agricultores e promover a inclusão social no campo. Desta forma, Castro (Apud RAZERA, 2013) ilustra que as políticas públicas se enquadram como uma forma de promoção social a fim de garantir oportunidades e resultados aos munícipes.

Já o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), implementado a partir de 1995, representa um marco importante nesse contexto. Ele busca fortalecer a agricultura familiar por meio do financiamento de serviços agropecuários e não agropecuários, promovendo a inclusão dessa categoria de proprietários rurais.

Baseado em toda essa contextualização, indaga-se: como se apresenta atualmente o desempenho das políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar em Afonso Cláudio, ES?

Portanto, este estudo tem como objetivo identificar o desempenho das políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar no município de Afonso Cláudio-ES. Para isso, serão realizadas uma extensa revisão bibliográfica, uma investigação das políticas específicas implementadas na região e uma análise crítica dos resultados obtidos. O estudo visa contribuir para decisões mais eficientes em benefício dos agricultores familiares e do desenvolvimento rural sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Agricultura Familiar é uma das bases fundamentais da economia e do desenvolvimento sustentável em diversos países ao redor do mundo. Compreendendo um conjunto diversificado de atividades agrícolas realizadas por famílias em pequenas propriedades rurais, esta forma de produção desempenha um papel vital na alimentação da população, na geração de emprego e renda no campo, na preservação da cultura local e na conservação dos recursos naturais. A agricultura familiar é definida de acordo com o Decreto Nº 9.064, 31 de Maio de 2017, em seu art. 2º como:

I - Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA - conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele; II - família - unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros que contribuam para o rendimento ou que tenham suas despesas atendidas pela UFPA; III - estabelecimento - unidade territorial, contígua ou não, à disposição da UFPA, sob as formas de domínio ou posse admitidas em lei; IV - módulo fiscal - unidade de medida agrária para classificação fundiária do imóvel, expressa em hectares, a qual poderá variar conforme o Município, calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra; V - imóvel agrário - área contínua, qualquer que seja a sua localização, destinada à atividade agrária; e VI - empreendimento familiar rural - forma associativa ou individual da agricultura familiar instituída por pessoa jurídica”.

Ao contrário da agricultura de grande escala, que muitas vezes é conduzida por empresas ou investidores, a agricultura familiar é baseada na participação ativa e direta dos membros da família em todas as etapas do processo produtivo. De fato, para Kurten (2016) na agricultura familiar a mão de obra empregada é executada pelos membros da própria família.

Segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017), a agricultura familiar se destaca por possuir dinâmicas e características distintas da agricultura não familiar. Neste modelo agrícola, a gestão da propriedade é compartilhada entre os membros da família, e a atividade produtiva agropecuária se destaca como a principal fonte geradora de renda.

De acordo com o mesmo censo, do total de estabelecimentos agropecuários e aquicultores nacionais 3,9 milhões de estabelecimentos, representando 77% dos estabelecimentos no Brasil eram considerados como agricultura familiar. Ocupavam uma área de 80,9 milhões de hectares, correspondendo a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país. (IBGE, 2017, p. 1).

De acordo com Ehlers (apud Pasqualotto et al, 2019, p. 79), dentre as principais diferenças entre a agricultura convencional e a agricultura sustentável está a solução para os problemas

encontrados nos agros ecossistemas. A agricultura convencional usa insumos sintéticos para aumentar a produtividade, enquanto a agricultura sustentável visa equilibrar a produção com a conservação de recursos e o bem-estar das comunidades rurais.

Ao adotar uma abordagem centrada na diversificação e flexibilidade na produção agrícola, é possível promover a preservação de recursos, mitigando os impactos ambientais e fortalecendo a resiliência para enfrentar os desafios.

Em se tratando de Agricultura Familiar Capixaba, a variedade de microclimas e topografias favorece a produção de diversas culturas, como café, cacau, mamão, banana, frutas cítricas e hortaliças. Além disso, a agroindústria familiar contribui com produtos como doces, queijos e artesanatos típicos da região. A imigração também trouxe riqueza cultural e agrícola, promovendo a troca de saberes entre as comunidades, influenciando as regiões produtivas (BERGAMIM, 2015, p.21).

Ao longo da história, imigrantes de diversas origens enriqueceram o estado com suas tradições agrícolas e culturais, diversificando a produção e introduzindo novas técnicas de cultivo. De acordo com Vangelista (2016, p.1334), o período de imigração mais intensa no Espírito Santo ocorreu na primeira fase do grande fluxo intercontinental, verificado desde o final da década de setenta até os últimos anos do século.”

A agricultura familiar é a mola propulsora da agricultura capixaba e ocupa 75% das terras rurais do estado; sendo uma importante fonte de renda rural e contribuindo para a produção de alimentos em todo o Brasil.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas públicas para a agricultura familiar são essenciais para promover a sustentabilidade e o crescimento socioeconômico das áreas rurais, bem como garantir a segurança alimentar e a redução das desigualdades.

Perroux e Sen (citados por NUNES et al., 2020, p. 3) afirmam que o desenvolvimento está intrinsecamente ligado às capacidades humanas e deve incorporar elementos não puramente econômicos. Neste âmbito, políticas públicas para o crescimento e fortalecimento da agricultura familiar no país foram desenvolvidas, com o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado em 1995 através da Resolução nº 2.191/1995

e Decreto nº 1946/96, visa apoiar e fortalecer a agricultura familiar no Brasil, que desempenha papel crucial na produção de alimentos, preservação ambiental e geração de empregos rurais.

Foi através da Lei nº. 11.326 - 24 de julho de 2006, que se estabeleceu os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Em seu art. 3º, a referida lei estabelece os quesitos que definem o agricultor familiar e empreendedor familiar:

“I - não deter área maior do que quatro módulos fiscais II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; III - a renda familiar ser predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento e IV - o estabelecimento ser dirigido pelo agricultor (a) com sua família” (BRASIL,2006, p. 1).

Outra política criada foi a PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, é uma política complementar ao PRONAF, com o objetivo de promover a assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Instituída através da Lei nº 12.188, 11 de janeiro de 2010, a lei traz em seu art. 3º, os princípios essenciais são:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL,2010, p.1).

Para um melhor desenvolvimento das áreas rurais, foi necessária a criação de um serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que envolvesse diversos passos importantes para estabelecer um programa eficiente e abrangente. De acordo com CASTRO (2015, p. 50), esse modelo de extensão rural buscava difundir relações capitalistas na agricultura brasileira, visando aumentar a produtividade e modernizar práticas de cultivo tradicionais.

Desta forma, o PNATER foi o responsável por coordenar e implementar a política de ATER voltada para a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária. Houve a necessidade de adequar a extensão rural e a prática extensionista aos novos modelos de sociedade que estavam sendo desenhados” (SOUZA *et al.*, 2014. p.13)

Nesse contexto, o PNATER e a PEATER (Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária) se destacam como cruciais iniciativas de suporte e aprimoramento à agricultura familiar, tanto a nível nacional quanto estadual, desempenhando papéis distintos dentro das esferas governamentais correspondentes.

Em âmbito nacional, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, descrito na Lei nº 12.188, 11 de janeiro de 2010, também direciona seus esforços para fomentar o desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2010, p. 1).

O Estado do Espírito Santo, através da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Estado do Espírito Santo – PEATER/ES - expresso na Lei Estadual nº.9.923 / 2012, cita como um de seus objetivos; “Art. 4, §1º - Promover o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários” (ESPÍRITO SANTO, 2012,p.2), tem por objetivo apoiar os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, fornecendo-lhes acesso a informações, tecnologias, conhecimentos e práticas agrícolas modernas e sustentáveis.

A PEATER/ES depende do apoio do governo estadual, parcerias com outras instituições e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Espírito Santo - PROATERES, cujos objetivos estão descritos na mesma lei do PEATER/ES, no artigo 7º, e incluem a organização e execução dos serviços de ATER para o público beneficiário, com base nas disponibilidades orçamentárias e financeiras (ESPÍRITO SANTO, 2012, p. 4).

Além dos programas citados, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e lei 12512 de 2011 e Decreto 7.115 pela lei de 2012 e possui entre muitas, duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

O PAA trabalha por meio da compra direta de alimentos produzidos por agricultores familiares e suas organizações, garantindo a esses produtores uma renda justa e estimulando a produção local. Segundo Grisa (apud Modenese, 2017, p.23) “o PAA proporciona uma interação de vários atores nos contextos locais e em nível nacional, por meio da articulação da produção e comercialização de alimentos de produtores da agricultura familiar.”

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE, visa oferecer uma alimentação adequada e saudável aos estudantes da educação básica, incluindo educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, em escolas públicas e filantrópicas.

Para Liberman e Bertolini (2015, p.3534):

“...como uma Política Pública de enorme importância o PNAE vai avançando, adequando-se ao público atendido e à agricultura familiar. Os avanços têm possibilitado atender cada vez mais grupos de pessoas beneficiadas pelo programa e agregando valor aos produtos adquiridos da agricultura familiar”.

Em seu art. 14, a Lei nº 11.947/2009 estabelece que os recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% devem ser utilizados na compra de produtos oriundos da agricultura familiar. E em seu art. 13, a referida lei cita também que:

“...a aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando-se as diretrizes de que trata o art. 2º desta Lei” (BRASIL, 2009, p.1).

Grande parte da produtividade agropecuária capixaba tem como base a agricultura familiar. Via de regra, os agricultores familiares cultivam muito bem, todavia têm inúmeras dificuldades na comercialização de sua produção.

Em julho de 2023, foi lançado o Programa de Crédito Rural do Espírito Santo, com um valor recorde de cerca de R\$7,76 bilhões. Esse programa visa apoiar a expansão e aprimoramento da produtividade em todas as cadeias agrícolas do estado, oferecendo empréstimos direcionados a produtores e cooperativas para custos de produção e distribuição. Trata-se de uma iniciativa para impulsionar o crescimento e a competitividade de produtores, associações e cooperativas locais.

O Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar (FUNSAF), regido pela Lei nº 10.297/14, facilita o acesso a recursos financeiros para associações, cooperativas e organizações de apoio à agricultura familiar no Espírito Santo recebendo suporte do BNDES, Bandes e INCAPER, o Fundo ampliou os investimentos do governo estadual na fortificação da agricultura familiar.

2.3 INTERFACES ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.3.1 Conceito de Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade aborda a maneira como se deve interagir em relação à natureza. Também pode ser aplicado desde uma comunidade até todo o planeta. Sustentabilidade é a capacidade de manter ou preservar um processo ou sistema.

Van Bellen (2004) destaca que a sustentabilidade almeja por um padrão de vida da sociedade que respeite os limites impostos pelo meio ambiente, vivendo de forma que não suprima com todos os recursos disponíveis. Assim, há a necessidade de que a população multiplique as práticas sociais que proporcionem a análise sobre o ambiente de forma integradora. Desta forma, a ideia de sustentabilidade requer uma relação entre fatores como qualidade de vida, meio ambiente e economia.

2.3.2 Desenvolvimento Sustentável

Alcançar o desenvolvimento sustentável requer o reconhecimento de que os recursos naturais são limitados. Esse conceito representa uma abordagem econômica mais ecológica. Às vezes, o desenvolvimento é confundido com o mero crescimento econômico, que consome mais energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, já que esgota os recursos essenciais para a vida humana e a biodiversidade. Portanto, o crescimento econômico também depende desses recursos.

O desenvolvimento sustentável prioriza qualidade sobre quantidade, promovendo a redução do uso de matérias-primas e incentivando a reutilização e reciclagem. O ecodesenvolvimento visa estimular uma reflexão sobre o futuro do planeta, destacando a importância de estratégias de desenvolvimento em níveis global e local, e superando barreiras entre os países. Para se tornar viável, esse precisava seguir algumas premissas, como a necessidade de conhecimento acerca das culturas e dos ecossistemas pela sociedade, sobretudo no que diz respeito ao relacionamento entre indivíduo e natureza, o qual é primordial para a compreensão da realidade local e suas dinâmicas (SACHS, 1999).

Em breve citação do art. 205 da Constituição Federal nos esclarece:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O trabalho nessa área é globalmente reconhecido. Em 2014, a ONU celebrou o Dia Internacional da Agricultura Familiar em 25 de julho, ressaltando os desafios dos pequenos agricultores na produção de alimentos.

2.3.3 Agricultura Sustentável

Segundo Paterniani (2001, p. 304), a agricultura sustentável, ao ser efetivada, precisa considerar as necessidades e mudanças que ocorrem com a sociedade, como o aumento populacional e “uma adequada percepção da relação ambiental com a agricultura”. Assim, pode-se dizer que essa representa a manutenção da produção a fim de abastecer toda a sociedade, garantindo que o meio ambiente não passe por um processo intenso de degradação.

Tanto o Estado do Espírito Santo quanto o programa nacional compartilham a preocupação em promover a preservação do meio ambiente e o progresso do meio rural. Essa convergência reforça a importância de um trabalho integrado entre as instâncias municipal, estadual e nacional. Isso visa alcançar resultados mais expressivos para a agricultura familiar e a reforma agrária no Brasil, otimizando os sistemas de produção e os mecanismos de acesso às políticas públicas, com foco no desenvolvimento da agricultura familiar e no incentivo ao uso adequado da terra e dos recursos naturais.

Pode-se estabelecer que:

“Resulta, assim, da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza e geração de riqueza, a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente, mediada pela boa governança, pela organização da sociedade e pela distribuição dos ativos sociais “ (CAPORAL; COSTABEBER 2002, p. 113, apud HENRIQUES,2016, pág.01).”

A agricultura familiar está intimamente ligada à sustentabilidade, pois os agricultores têm a responsabilidade de fornecer uma alimentação mais saudável, possibilitando uma vida digna no campo e a preservação dos recursos naturais. No Brasil, há um grande potencial para promover a agricultura sustentável por meio das famílias agricultoras. Sachs (2010, p. 34) destaca a possibilidade de avançar em direção a uma "civilização moderna da biomassa, socialmente inclusiva e ecologicamente viável" através da reforma agrária e da geração de empregos tanto no meio rural quanto no urbano. Essas ações valorizam a agricultura familiar,

permitindo práticas agrícolas que conciliam as necessidades ambientais, sociais e econômicas dos agroecossistemas.

Para promover a sustentabilidade nos ecossistemas agroecológicos, é essencial integrar o desenvolvimento tecnológico a um processo mais amplo que beneficie o desenvolvimento rural, atendendo às necessidades sociais e econômicas da região. Políticas públicas desempenham um papel crucial nesse desafio, incluindo investimentos em infraestrutura, acesso à educação de qualidade e iniciativas para valorizar produtos locais. Essas medidas podem revitalizar as economias rurais e aprimorar a qualidade de vida da população.

2.3.4 Reforma Agrária e Agricultura Familiar

A discussão em torno da Reforma Agrária e Agricultura Familiar é um tema complexo e essencial para o desenvolvimento rural sustentável e a justiça social. A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e a fragilidade das pequenas unidades familiares são questões que têm desafiado sociedades ao redor do mundo.

De acordo com Feitosa, et al. (2005, p.60), o processo de reforma agrária, ao se voltar para a expansão da agricultura familiar e adotar a agroecologia como sua base de desenvolvimento, representa um campo relevante e promissor para a análise dos desafios socioambientais contemporâneos.

A Reforma Agrária diz respeito ao processo de redistribuição da terra, visando diminuir as desigualdades socioeconômicas e democratizar o acesso à terra para agricultores familiares e trabalhadores rurais.

A importância da reforma agrária não se restringe somente ao aspecto social, pois visa a possibilitar o acesso à terra e aprimorar as circunstâncias de vida dos agricultores e trabalhadores rurais de baixa renda. Como mencionado por Leite et al. (2000, p. 12) ela é fundamental para o processo de desenvolvimento do país, em geral, e de modo mais específico para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento do meio rural, aí incluídos os núcleos urbanos.

A reforma agrária pode fortalecer a agricultura familiar, que é muitas vezes mais sustentável e centrada na comunidade. Isso pode levar a uma maior diversidade de culturas, preservação de tradições agrícolas e conservação de sementes locais. Para Faggin (2009, p. 18), a Reforma

Agrária, como política pública de impacto fundiário, que parte inicialmente da reestruturação fundiária, pode também ser associada à criação de um novo desenvolvimento rural voltado a uma produção agrícola diferenciada.

No entanto, as abordagens e problemáticas relacionadas à Reforma Agrária podem variar significativamente de acordo com o contexto político, social e econômico de cada país. Desta forma,

[...] se o objetivo da Reforma Agrária é o de promover justiça social no campo, por meio de se criar condições de se produzir e de se viver dignas para o trabalhador rural, então a questão fundiária passa a ser um dos meios para esse objetivo, e não, como ela é vista hoje, na questão principal das políticas de reforma agrária (BENINI, 2012, p.8).

No geral, a Reforma Agrária é uma questão multifacetada que requer abordagens sensíveis ao contexto, com considerações cuidadosas sobre equidade, produtividade, sustentabilidade e justiça social como aponta Gehlen (2004).

Portanto, a reforma agrária representa uma oportunidade importante para abordar as desigualdades estruturais e promover o desenvolvimento rural sustentável. Se implementada de maneira abrangente e responsável, com base em dados sólidos e em parceria com as partes interessadas, a reforma agrária pode contribuir para a construção de sociedades mais justas, resilientes e produtivas. Contudo, seu sucesso dependerá de um compromisso contínuo com seus objetivos e valores, além da capacidade de adaptação às dinâmicas em constante evolução do ambiente agrícola e social.

3 METODOLOGIA

O procedimento metodológico é uma sequência organizada de passos para conduzir uma investigação, atingir um objetivo ou solucionar um problema. Neste contexto, a pesquisa aplicada é de natureza descritiva, focando na influência das políticas públicas no Desenvolvimento Rural Sustentável para os agricultores familiares em Afonso Cláudio-ES. Para isso, foi utilizada uma entrevista semiestruturada, composta por 12 perguntas abertas, adotando uma abordagem qualitativa.

No contexto da agricultura familiar, uma pesquisa descritiva foi conduzida para entender e descrever as características, práticas, desafios, oportunidades e dinâmicas desse tipo de agricultura no município de Afonso Cláudio-ES. Buscou-se trazer significado aos procedimentos estabelecidos através da relação entre das ações propostas pelo poder público na busca do desenvolvimento rural sustentável dos agricultores familiares, baseando-se em procedimentos previstos para um estudo de caso.

Com a finalidade de facilitar a operacionalização das variáveis, bem como a análise destas no campo de pesquisa, previamente foi estabelecido que elas sejam relativas as ações dos entes públicos com vistas ao desenvolvimento rural sustentável local, fazendo uso de metodologias que garantam aprendizado ao público-alvo e, por conseguinte, esse aumento da participação em políticas públicas demonstrará se a ação teve êxito ou não.

Quanto ao tipo da pesquisa foi classificada como descritiva e aplicada, ao expor a visão dos agricultores familiares sobre a vida no campo e suas expectativas em relação às políticas públicas, e ao ter uma finalidade prática na resolução do problema.

A coleta de material envolveu fontes como jornais, livros, dicionários, estudos passados, teses, dissertações e artigos científicos. E como pesquisa de campo, foi conduzida na própria cidade junto aos agricultores familiares, por meio de um instrumento de pesquisa, através de questionário que buscou obter informações valiosas dos participantes, permitindo explorar e analisar de forma abrangente as nuances e perspectivas associadas ao nosso objeto de estudo.

Neste estudo, a amostra foi não probabilística, pois foi impossível ter acesso ao universo que compreende as famílias pertencentes ao domínio da agricultura familiar tendo o acesso a eles em função da distância, bem como, a existência de um cadastro público. Portanto, a ideia foi trazer uma visão que complementasse aos demais levantamentos que fora realizado. Nesse sentido, foi oportunizado a entrevista com 40 famílias.

Logo, os dados foram coletados por meio de um questionário que inclui informações como nome, idade, gênero, conhecimentos em agricultura familiar, desafios e oportunidades, sustentabilidade, acesso a recursos e políticas públicas, sucessão familiar, comercialização, impacto da agricultura familiar e sugestões de melhorias. O questionário foi elaborado com foco em clareza, objetividade e validade para garantir a qualidade e confiabilidade dos dados coletados, demonstrando uma abordagem quali-quantitativa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O Município de Afonso Cláudio-ES está localizado à latitude Sul de 20° 04' 28" e longitude Oeste de Greenwich, de 41° 07' 26", na região Sudoeste Serrana do estado do Espírito Santo, e a 138 km de sua capital – Vitória. O município ocupa uma área de 956,51 km², limitando-se com os municípios capixabas de Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Itarana, Laranja da Terra, Santa Maria de Jetibá e Venda Nova do Imigrante, e com os municípios mineiros de Aimorés e Mutum. A maioria da população de Afonso Cláudio é composta por descendentes de italianos, cuja a imigração italiana ocorreu predominantemente por volta de 1960, após o estabelecimento e o crescimento da cidade (AFONSO CLAUDIO, 2021).

De acordo com IBGE (2022), o município possui uma população de aproximadamente 31 mil habitantes, com um PIB per capita de R\$16.381,42, ocupando a 61ª posição no Estado do Espírito Santo e com uma área urbanizada de 4,02 Km².

Em Afonso Cláudio, a agricultura familiar muitas vezes se combina com o turismo rural, permitindo que os visitantes tenham uma experiência autêntica do modo de vida rural, participando de atividades agrícolas, conhecendo as tradições locais e adquirindo produtos frescos diretamente dos produtores. Segundo informações que constam no site da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio-ES, o município tem 09 distritos e 69 principais comunidades.

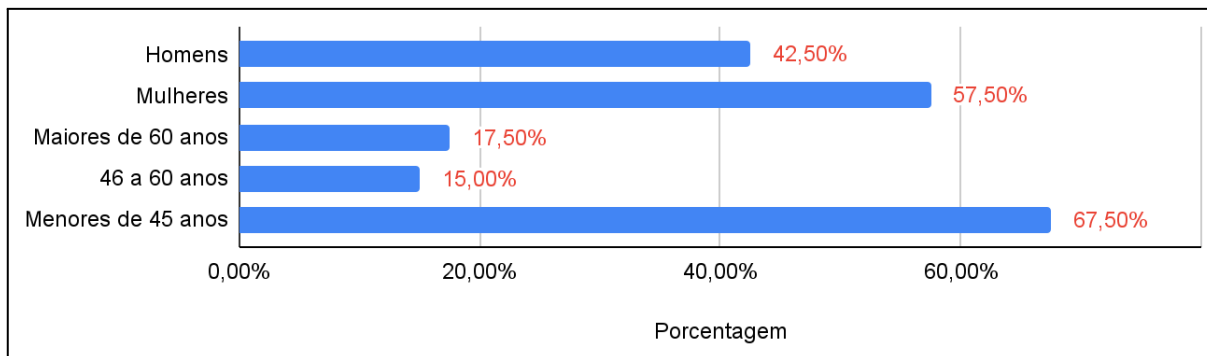
4.2 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste subcapítulo, descreve-se o instrumento central utilizado para coletar dados nesta pesquisa, ou seja, o questionário de pesquisa. O questionário foi meticulosamente concebido de acordo com os objetivos da pesquisa delineados no capítulo anterior. Ele consiste em uma série de perguntas estruturadas que abordam os principais tópicos relacionados ao tema de pesquisa. A seguir, são apresentadas detalhadamente as seções e questões do questionário, justificando as escolhas feitas e explicando como ele se alinha aos objetivos desta pesquisa.

A pesquisa revela que entre os entrevistados houve destaque para agricultores menores de 45 anos atingindo percentual de 67,5%, e entre 46 a 60 anos foi de 15% e maiores de 60 anos

com 17.5%. Quanto ao gênero, 57,5% eram de mulheres e homens com 42,5% e todos pertencentes ao município de Afonso Cláudio-ES (Gráfico 01).

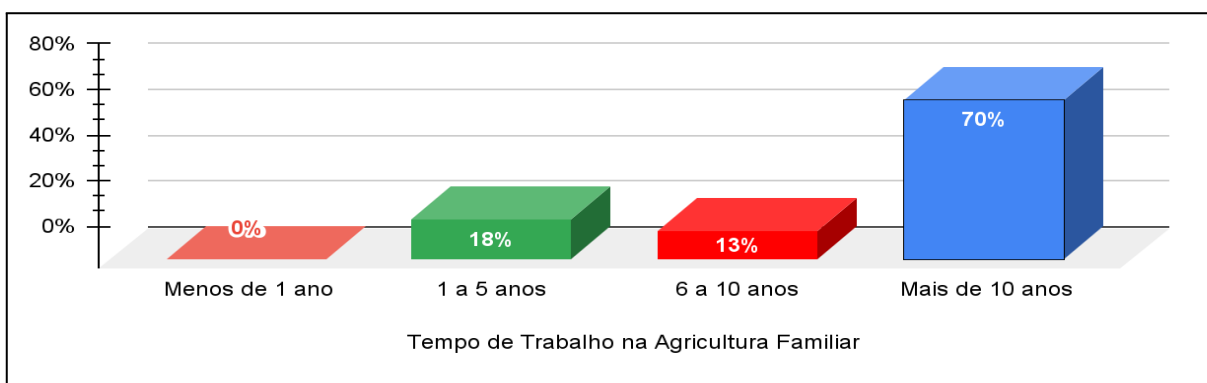
Gráfico 1 - Faixa Etária e Gênero



Fonte: Os Autores

Observa-se, no Gráfico 2 também que 70% dos entrevistados têm uma experiência de mais de uma década na agricultura familiar, enquanto 30% possuem menos de dez anos de envolvimento com essa atividade. É importante ressaltar que todos demonstram um conhecimento substancial em relação aos princípios e práticas associados à agricultura familiar.

Gráfico 2 - Conhecimentos e Experiência em Agricultura Familiar

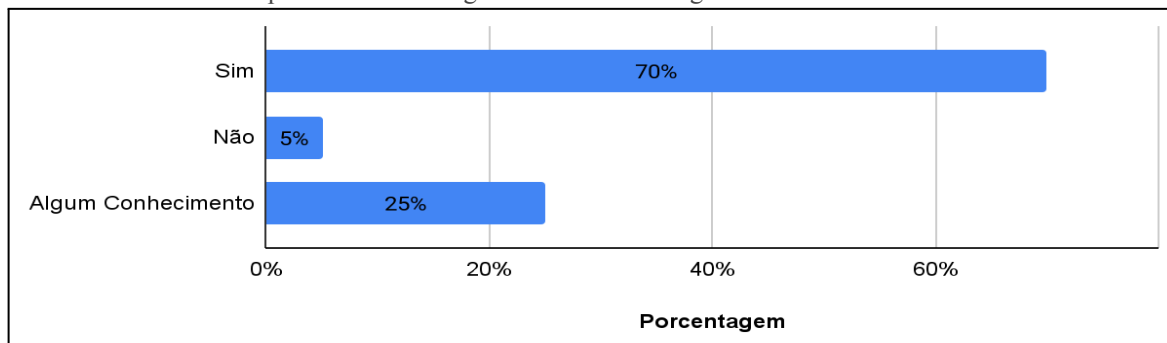


Fonte: Os autores

Outro ponto crucial de análise refere-se ao entendimento das dificuldades e oportunidades no setor, bem como ao conhecimento das políticas públicas de apoio à agricultura familiar dentro do município. Nesse sentido, como evidenciado pelo Gráfico 03, 70% das famílias estão informadas sobre as políticas vigentes, enquanto 30% têm conhecimento limitado ou nenhum conhecimento acerca delas. Também se constatou a alta confiança nas oportunidades econômicas e sociais proporcionadas pela agricultura familiar. Esta questão trouxe à tona razões fundamentais para tal credibilidade, tais como: contribuição para a permanência dos jovens no campo e o fomento ao desenvolvimento tecnológico; sendo a principal fonte de

renda para as famílias rurais, impulsiona o crescimento econômico do município, aumenta o apoio das políticas públicas ao setor, gera empregos e agrega valor à comunidade.

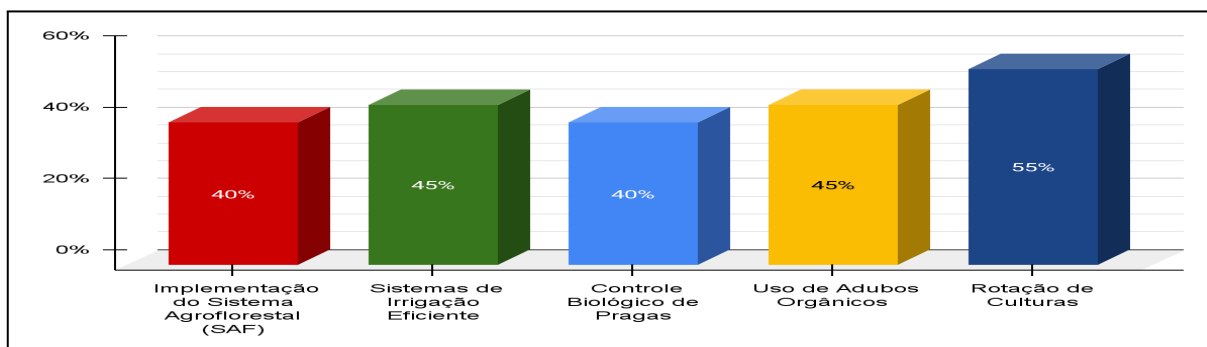
Gráfico 3 - Desafios e Oportunidades na Agricultura Familiar Agricultura Familiar



Fonte: Os autores

Entre as práticas sustentáveis adotadas pelos entrevistados, constatou-se que uma variedade delas é aplicada na região. Destacam-se a rotação de culturas (55%) e o uso de adubos orgânicos (45%), em conjunto com o controle biológico de pragas (40%) e a adoção de sistemas de irrigação eficiente (45%). É notável que 40% dos agricultores estão inovando ao implementar o sistema agroflorestal (SAF), o que contribui significativamente para a melhoria das práticas sustentáveis de cultivo na região (Gráfico 04).

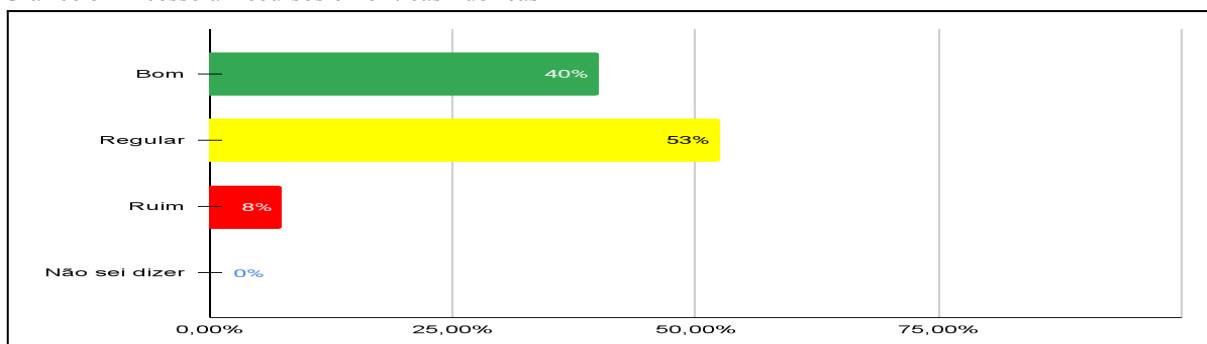
Gráfico 4 - Sustentabilidade e Conservação



Fonte: Os autores

De acordo com a pesquisa, 40% dos entrevistados consideraram o acesso aos recursos como crédito, tecnologia e assistência técnica como "bom". Isso sugere que uma parcela significativa dos agricultores familiares está satisfeita com a disponibilidade desses recursos em nossa região. Em contrapartida, 52,5% classificou o acesso como "regular", indicando que há espaço para melhorias, e 7,5% o classificaram como "ruim". É importante notar que os entrevistados demonstraram um nível razoável de consciência sobre a situação (Gráfico 05).

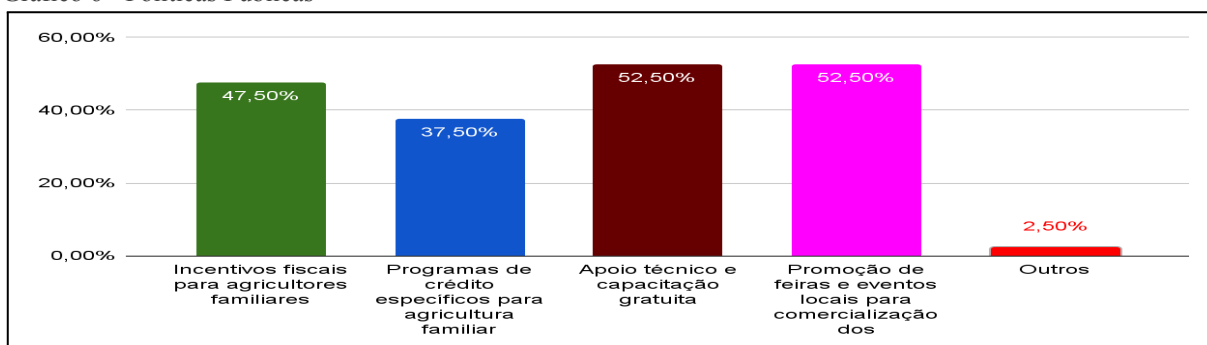
Gráfico 5 - Acesso a Recursos e Políticas Públicas



Fonte: Os autores

Ao analisar quais políticas públicas poderiam melhorar a situação da Agricultura Familiar na região, os resultados revelaram algumas preferências claras, como expostas no Gráfico 6, onde os participantes poderiam escolher apenas 02 alternativas. Nesse aspecto, **47,5%** dos participantes acreditam que incentivos fiscais para agricultores familiares são essenciais. Isso pode incluir benefícios fiscais, redução de impostos ou isenções específicas para esse grupo, incentivando assim o desenvolvimento da Agricultura Familiar; **37,5%** destacaram a importância de programas de crédito específicos para agricultura familiar. O acesso ao crédito é crucial para investimentos em equipamentos, tecnologia e expansão dos negócios; **52,5%** consideraram vital o apoio técnico e capacitação gratuita. Isso sugere que os agricultores familiares valorizam muito o conhecimento e a capacitação para melhorar suas práticas agrícolas; **52,5%** também acreditam que a promoção de feiras e eventos locais para comercialização dos produtos é fundamental. Isso pode ajudar a expandir os canais de vendas e aumentar a visibilidade dos produtos da Agricultura Familiar; e finalmente, **2,5%** mencionaram a necessidade de assistência técnica especializada, o que sugere que há um grupo menor, mas significativo, que vê essa abordagem como uma prioridade.

Gráfico 6 - Políticas Públicas

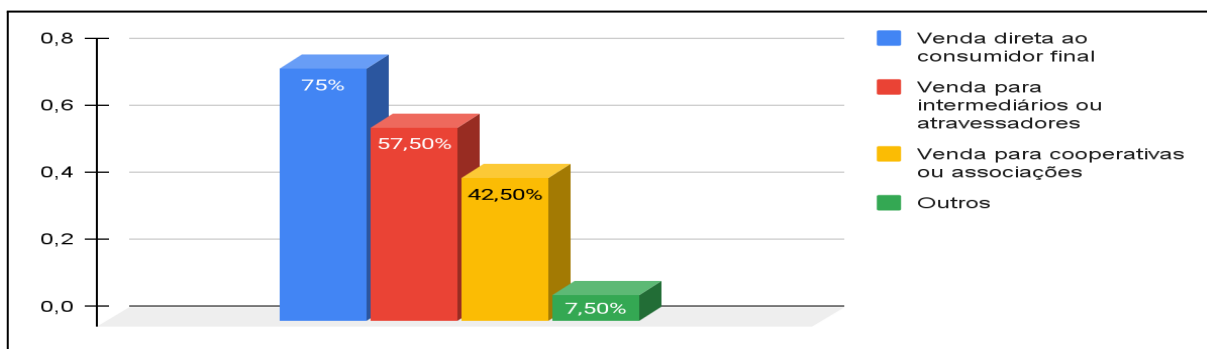


Fonte: Os autores

Em resumo, a análise dos dados sugere que a comercialização dos produtos da agricultura familiar na região é diversificada, com uma preferência significativa pela venda direta ao consumidor final. Todavia, a presença de intermediários, cooperativas e outras formas de venda indica a existência de estratégias variadas para alcançar os mercados e atender às necessidades dos agricultores locais. É importante continuar a explorar essas opções para otimizar a comercialização e promover o sucesso da agricultura familiar na região.

No que tange, à sucessão familiar, exibido no Gráfico 7, pode-se observar que: 1- **75%, Venda direta ao consumidor final**: Produtores de agricultura familiar na região geralmente preferem vender diretamente aos consumidores, indicando interesse em conexões diretas e lucratividade. 2- **Venda para intermediários ou atravessadores (57,5%)**: Alguns produtores preferem vender diretamente, mas muitos ainda usam intermediários, o que pode ter vantagens em alcance e conveniência, porém pode diminuir lucros. 3- **Venda para cooperativas ou associações (42,5%)**: Cerca de 42,5% dos produtores vendem através de cooperativas, indicando a importância da colaboração e organização na agricultura familiar. Estas oferecem benefícios como negociação forte e recursos compartilhados. 4- **Outros (7,5%)**: Produtores também consideraram supermercados, feiras agrícolas e licitações municipais como alternativas de venda. Essas opções ampliam o mercado, mas exigem atenção às regulamentações.

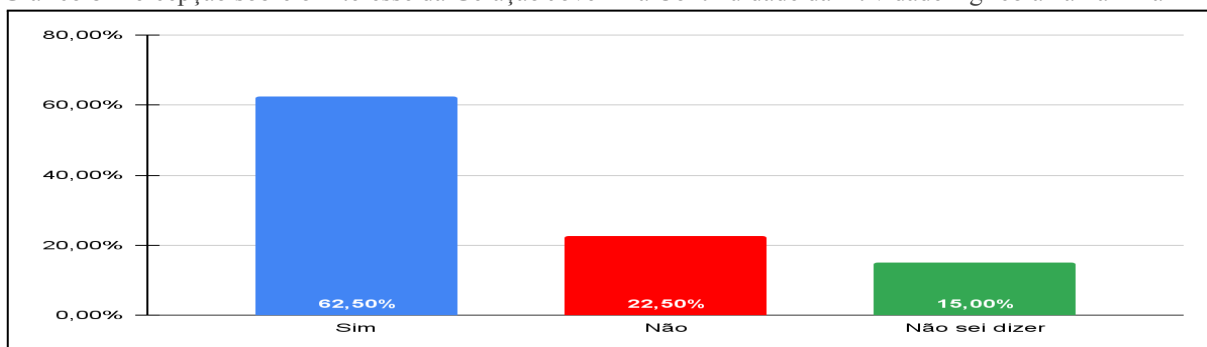
Gráfico 7 - Sucessão Familiar e Perpetuação da Agricultura



Fonte: Os autores

A pesquisa buscou também entender a percepção das pessoas em relação ao interesse da geração mais jovem em dar continuidade à atividade agrícola em suas famílias. Os dados revelam informações valiosas sobre as atitudes e perspectivas das novas gerações em relação à agricultura, como mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8- Percepção sobre o Interesse da Geração Jovem na Continuidade da Atividade Agrícola na Família

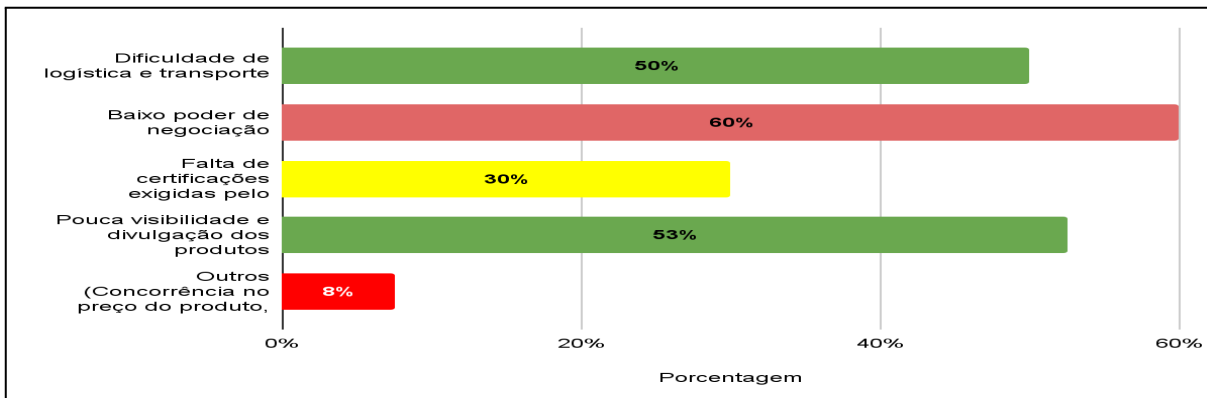


Fonte: Os autores

Segundo a pesquisa, a maioria das pessoas entrevistadas (62,5%) acredita que existe interesse da geração mais jovem em continuar a tradição agrícola de suas famílias. Isso sugere um otimismo considerável em relação ao futuro da agricultura e à sua capacidade de atrair a próxima geração de agricultores. Por outro lado, 22,5% das respostas indicam que a percepção é de que a geração mais jovem não tem interesse em dar continuidade à atividade agrícola na família. Essa porcentagem, embora menor que a anterior, ainda representa uma parcela significativa da opinião pública que vê desafios na transmissão do conhecimento e da paixão pela agricultura para as novas gerações. Isso pode levantar preocupações sobre a sustentabilidade da agricultura em algumas comunidades ou regiões. Já os 15% que responderam "Não sei dizer" indicam uma incerteza ou falta de informações sobre a atitude da geração mais jovem em relação à agricultura. Isso pode ser um reflexo da complexidade das percepções sobre o tema, com muitas variáveis e contextos a serem considerados. Enquanto a maioria vê essa continuidade de forma positiva, uma parte considerável ainda tem dúvidas ou preocupações sobre o futuro da agricultura familiar.

Outros dados buscados foram em relação às dificuldades que os agricultores familiares enfrentam que podem afetar seu acesso ao mercado. Esses desafios podem variar desde questões logísticas e de transporte até problemas mais amplos, como a visibilidade de seus produtos e o poder de negociação, de acordo com o Gráfico 9, exposto abaixo.

Gráfico 9 - Comercialização e Acesso ao Mercado

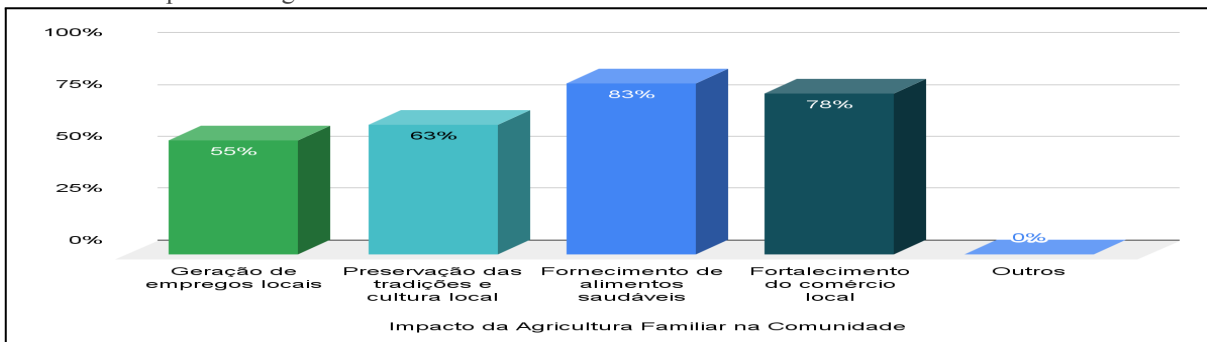


Fonte: Os autores

A análise revela que os agricultores familiares enfrentam obstáculos diversos no acesso ao mercado, desde logística até visibilidade e negociação. Soluções envolvendo infraestrutura, regulamentações, marketing e apoio governamental são cruciais para superar esses desafios.

A Agricultura Familiar beneficia a comunidade ao criar empregos, preservar a cultura, fornecer alimentos saudáveis e fortalecer a economia local, promovendo coesão social e desenvolvimento sustentável. No Gráfico 10, esses aspectos ficam mais evidentes.

Gráfico 10 - Impacto da Agricultura Familiar na Comunidade



Fonte: Os autores

4.3 EVIDÊNCIAS DOS RESULTADOS E PROPOSTA DE MELHORIA

No geral, a análise da pesquisa retratada na seção anterior, demonstra que a Agricultura Familiar desempenha um papel fundamental na promoção da coesão social e no desenvolvimento da comunidade local. Suas contribuições abrangem aspectos econômicos, culturais e de saúde, contribuindo para o aumento das oportunidades e a qualidade de vida das pessoas nas áreas onde é praticada.

As perguntas mencionadas no instrumento de pesquisa revelaram uma série de desafios e preocupações cruciais relacionados à Agricultura Familiar no município. Desta forma, os agricultores pontuaram alguns tópicos que abordam questões que vão desde a segurança

financeira dos agricultores até a preservação das tradições e da cultura rural. Outro destaque, refere-se a inclusão das mulheres na agricultura familiar é fundamental para promover a igualdade de gênero e fortalecer o setor. Seu papel vital na produção agrícola destaca a importância de remover quaisquer obstáculos à sua participação ativa.

Além disso, facilitar o acesso às certificações de qualidade e segurança alimentar é fundamental para abrir portas a oportunidades de mercado e renda adicional. Para enfrentar desafios, é importante valorizar tradições, cultura e relações internas na agricultura familiar, além de investir em educação para as novas gerações. É imperativo combater o preconceito e a "invisibilidade social" enfrentados pelos agricultores familiares, reconhecendo seu papel vital na produção de alimentos.

Os desafios para aumentar a comercialização dos produtos incluem a dificuldade de acesso a informações, a falta de ações coletivas e cooperação, o desconhecimento sobre os mercados e as exigências dos consumidores. A obtenção de certificações e a necessidade de um calendário mais robusto para promover os insumos da agricultura familiar também são fatores a serem considerados.

Quanto à proposta de melhorias, infere-se baseado no que a pesquisa identificou, e ainda tomando como base o aporte literário, têm-se que: reforçar o apoio à Agricultura Familiar, vital para a economia rural, provendo alimentos e gerando empregos. Além disso, é fundamental para a sustentabilidade ambiental garantir políticas públicas nas três esferas de governo que ofereçam suporte financeiro durante a aposentadoria e incentivar planos de previdência complementar, evitando o êxodo rural. Afinal, a aposentadoria e previdência são cruciais para agricultores familiares, mas muitos têm dificuldades em garantir uma renda estável após anos de trabalho árduo; priorizar a reforma agrária e o crédito fundiário promovendo a agricultura familiar e a distribuição justa de terras, essenciais para o sucesso dos pequenos agricultores e a segurança alimentar do país; facilitar o acesso a documentos de propriedade da terra, como por exemplo, Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, Cadastro de Imóvel Rural, Cadastro Ambiental Rural, pois estas documentações são vitais para acesso a financiamentos agrícolas. Porém, muitos agricultores enfrentam obstáculos por falta de documentos de propriedade; investir em educação agrícola para enfrentar a escassez de mão de obra no campo e manter a produção em alta; valorizar a qualidade e a identidade geográfica dos produtos da agricultura familiar para aumentar a competitividade; Promover tradições e iniciativas culturais para fortalecer os laços entre a cidade e o campo; e, fortalecer

políticas públicas como o PRONAF. essenciais para a segurança alimentar, renda e preservação ambiental facilitando o acesso a esses programas, apoiar o comércio e promover a pesquisa e inovação são medidas cruciais.

5 CONCLUSÃO

Como abordado neste trabalho, a agricultura familiar é crucial para a segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico das comunidades rurais em um mundo em constante mudança. Assim, este estudo analisou os desafios e oportunidades enfrentados por esses agricultores, destacando seu papel vital na criação de sistemas alimentares mais justos e resilientes. A atenção do governo a este setor é essencial para promover o desenvolvimento sustentável, dada sua importância na economia local e na segurança alimentar.

Com base nos dados coletados, foi identificado áreas de melhoria e oportunidades para fortalecer a agricultura familiar, cujo objeto de estudo aconteceu em Afonso Cláudio ES. As propostas de ações e estratégias para impulsionar o desenvolvimento sustentável deste setor crucial para a economia local, onde sublinham a necessidade de investimentos em infraestrutura, educação agrícola e acesso a crédito para os agricultores familiares. Outro ponto são as políticas públicas que promovam e impulsionam o crescimento econômico sustentável na região.

Conclui-se que o desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar em Afonso Cláudio são alcançáveis com o compromisso adequado de todas as partes interessadas, incluindo o governo, organizações locais e os próprios agricultores.

Insta-se as autoridades locais e regionais a continuar investindo em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, reconhecendo a agricultura familiar como um pilar estratégico na construção de um futuro próspero e equitativo para Afonso Cláudio.

REFERÊNCIAS

AFONSO CLAUDIO, Prefeitura Municipal de. História e Cultura. Espírito Santo, 2021. Disponível em: <<https://www.afonsoclaudio.es.gov.br/site/municipio/historia/>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, p. 75-89, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecoa/a/mg6Ypg7DYFQYhSdnVVHwsHD/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BENINI, Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. Reforma agrária no contexto da economia solidária. **Revista Nera**, n. 13, p. 6-15, 2012. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1386>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BERGAMIM, Márcia Cristina. Agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica. 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/2003/1/DISSERTACAO-MARCIA-CRISTINA-BERGAMIM.pdf>>. Acesso em: 31 jul.2023.

CASTRO, César Nunes de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6492>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FAGGIN, Joana Mattei. Reforma agrária, sustentabilidade e participação: o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável São Luiz, Cajamar-SP. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/4323>>. Acesso em: 09 Ago. 2023.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, p. 95-103, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/fC3c7q6pWCFJdWTtdjgZTRs/?lang=pt>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/38881088/como_classificar_pesquisas.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017, Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

KURTEN, Leandro Baggio; TERNOSKI, Simão. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Universidade Estadual do Centro Oeste, PR**, 2016. Disponível em: <<https://publicacresol.cresolinstituto.org.br/wp-content/uploads/old/pesquisa/270.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

LIBERMANN, Angelita Pinto; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3533-3546, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v20n11/1413-8123-csc-20-11-3533.pdf>. Acesso em: 26 Jul. 2023.

LOPES, Sonete Moreira et al. As políticas públicas na agricultura familiar na percepção do aluno do Instituto Federal do Amazonas e dos agricultores de Maués/AM. 2016. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/handle/jspui/2149>>. Acesso em: 26 Jul. 2023

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Reforma agrária e desenvolvimento sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pedro Sisnando Leite et alii (orgs.). Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. Disponível em: <https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/livro_reforma_agraria_e_desenvolvimento_sustentavel.pdf>. Acesso em: 09, agosto, 2023.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, n. 8, p. 151-172, 2012. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

MODENESE, Valéria da Silva. Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na produção, comercialização e renda dos agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP). 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/151914>>. Acesso em: 26 Jul. 2023

NEVES, Maria. Deputados defendem fortalecimento da agricultura para produção de mais alimentos, **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 07, fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/937752-deputados-defendem-fortalecimento-da-agricultura-para-producao-de-mais-alimentos/#:~:text=Segundo%20levantamento%20do%20Instituto%20Brasileiro,dos%20alimentos%20consumidos%20no%20Brasil>>. Acesso em: 10 Jul. 2023.

NUNES, Emanuel Márcio; DA SILVA, Vivian Menezes; DE SÁ, Vinicius Claudino. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): formação e conhecimentos para a agricultura familiar do Rio Grande do Norte. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 2, p. 857-881, 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5520/552064726023/552064726023.pdf>>. Acesso em: 15 Jul. 2023.

OLIVEIRA, Laura. Além da importância econômica, agricultura familiar é parte da construção cultural do Brasil. *Jornal da USP*. Ribeirão Preto, 15 de maio de 2022. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=515106>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18455/Curso_Lic-Ed-Campo_Agricult-Famil-Desenv-Rur-Sust.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 Jul. 2023.

SILVEIRA, Fernando Gaiger et al. Políticas públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo. 2016. Disponível em: <<https://bibliotecasemiarios.ufv.br/handle/123456789/170>>. Acesso em: 1. ago. 2023.

SUNDERHUS, Adolfo Brás. A Transformação Dos Alimentos E Sua Agregação De Valor Na Agricultura Familiar. Terraprosa, 2011. Disponível em: <<https://terraeprosa.wordpress.com/2011/04/30/a-transformacao-dos-alimentos-e-sua-agregacao-de-valor-na-agricultura-familiar/#:~:text=O%20fenômeno%20e%20os%20resultados%20econômicos%20sociais%20advindos,e%20da%20transformação%20dos%20alimentos%20na%20agricultura%20familiar.>>>. Acesso em: 31 Ago. 2023.

TRÊS EM CADA QUATRO ESTABELECIMENTOS RURAIS NO ESPÍRITO SANTO SÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR. Sitebarra, 26, Jul de 2023. Disponível em: <<https://sitebarra.com.br/v7/tres-em-cada-quatro-estabelecimentos-rurais-no-espírito-santo-sa-o-de-agricultura-familiar.html>>. Acesso em: 25 Jul. 2023.

VANGELISTA, Chiara. Gênero e estratégias migratórias: mulheres italianas imigrantes no estado do Espírito Santo Brasil, 1894-1895. *Anais*, p. 1333-1357, 2016. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/890>>. Acesso em: 31 Jul. 2023.